

## Apreciação da Microrregião Litoral Lagunar a partir dos programas de desenvolvimento regional brasileiros

ANDRESSA AMARAL DOS SANTOS<sup>1</sup>; ROBINSON SANTOS PINHEIRO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – dessapel95@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – robinson.pinheiro@ufpel.edu.br*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado (In)Visibilidades no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2003 – 2015) na sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul. Como já salientado em outros textos acerca desta pesquisa, chamar-se-á mesorregião sudeste ao invés de sub-região, por motivos de adequação técnica à nomenclatura.

Isto posto, no projeto supracitado objetiva-se analisar como as propostas colocadas no PNDR – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional e no PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, influenciam nas dinâmicas espaciais, econômicas, sociais e culturais dos municípios que compõe a mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul.

Para compor a análise presente neste texto, foi selecionada como recorte do grande projeto, a microrregião Litoral Lagunar, composta pelos municípios de Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte. Para isto, objetiva-se demonstrar alguns indicadores socioeconômicos que contribuem na compreensão e problematização das características desses municípios tendo em vista a comparação das propostas dos documentos governamentais.

Segundo o PNDR, as regiões que o compõem o programa são tidas como prioritárias para investimentos e políticas. Por conta disso, a microrregião supracitada faz parte do mesmo, pois se encontra em um território invisibilizado pelo processo de desenvolvimento econômico desigual que ocorre no país.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condene outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos. A essa dinâmica assimétrica dos mercados soma-se a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade, o que reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios com frágil base econômica. (PNDR, 2003, pg. 12)

Sendo um programa originado pelo PNDR, o PDFF, versa sobre o desenvolvimento especificamente na faixa de fronteira do território brasileiro, sendo ela até 150km da fronteira do país. O PDFF, busca direcionar recursos para a região da faixa de fronteira, com intuito de diminuir desigualdades socioeconômicas. Para isto, trazem diversos mecanismos de cumprimento das metas de implementação destas políticas públicas, procurando associá-las e adequá-las as características econômicas e sociais, bem como promover uma “inclusão produtiva” destas localidades em prol de “resgatar parte da dívida social com a população fronteiriça”. (PDFF, 2009)

## 2. METODOLOGIA

Na realização deste estudo optou-se por uma pesquisa classificada como exploratória e bibliográfica, de análise indireta, pois é a partir desse modo de compreensão da pesquisa que se poderá fundamentar os dados abordados na mesma. Portanto, para produção desta análise, foram necessárias pesquisas em sites governamentais como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Desenvolvimento Social, FEE – Fundação de Economia e Estatística e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Esta busca se deu com o intuito de coletar e analisar, por meio da produção de tabelas e gráficos, os índices necessários ao desenvolvimento da investigação, como PIB – Produto Interno Bruto, Programa Bolsa Família, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Além destes documentos, buscou-se pesquisar por bibliografias que versam sobre temáticas próximas a este estudo e a documentos oficiais do governo federal brasileiro, como os próprios PNDR e PDFF, dentre outros.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quatro municípios da microrregião Litoral Lagunar, são muito próximos entre si, tendo de São José do Norte até o Chuí, passando por Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, aproximadamente 252km de distância, o que equivale a aproximadamente quatro horas de viagem. O mais antigo dos municípios desse grupo, e originário dos mesmos, é Rio Grande, que ia desde de São José do Norte até o que atualmente é o município de Chuí. São José do Norte se emancipou do município de Rio Grande em 1832, já Santa Vitória do Palmar em 1872, e Chuí se emancipou de Santa Vitória do Palmar apenas em 1995. A fundação do município de Rio Grande se deu em 1737. Essas terras foram palco das ferrenhas disputas territoriais entre espanhóis e portugueses, durante o período colonial.

Atualmente, as principais atividades econômicas destes municípios são, no Chuí, o comércio fronteiriço, em Santa Vitória do Palmar, a pecuária e o cultivo de arroz, em São José do Norte, o cultivo de arroz e cebola, a pecuária, a pesca e o extrativismo vegetal. Já em Rio Grande as atividades econômicas são diversificadas, tendo tanto o comércio, os serviços e a indústria, quanto a pesca, a geração de energia e a atividade portuária.

A seguir, tem-se a elucidação e análise de alguns dados socioeconômicos relevantes para o entendimento da situação destes municípios e também da relação entre a situação e as políticas públicas aplicadas. No caso, aqui se tem os dados referentes ao PIB de cada município e a quantidade de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, e a taxa de desemprego na região sul do Brasil.

Quadro 1: Dados socioeconômicos

PIB Total (Produto Interno Bruto)				
	2011	2012	2013	2014
Chuí	83.917.813	101.773.210	131.998.082	152.934.496
Rio Grande	5.417.421.731	6.460.758.151	8.147.934.388	7.357.681.054
Santa Vitória do Palmar	447.837.145	505.974.328	639.802.786	787.225.121

São José do Norte	207.601.850	237.535.266	268.277.168	318.799.070
<b>Quantidade de Famílias Beneficiadas pelo Bolsa Família</b>				
	2011	2012	2013	2014
Chuí	311	340	336	319
Rio Grande	7915	7280	6810	5856
Santa Vitória do Palmar	1707	1792	1744	1542
São José do Norte	2990	2804	2493	2364
<b>Região Sul do Brasil</b>				
	2011	2012	2013	2014
População	27.875.000	28.053.000	28.858.000	29.077.000
População desocupada	674.000 (2,42%)	637.000 (2,27%)	632.000 (2,19%)	655.000 (2,25%)

Fontes: FEE – Fundação de Economia e Estatística e PNAD (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A Região Sul do Brasil é a terceira região mais populosa do país, mas detém apenas um sétimo da população total brasileira, aproximadamente 14%. Com a análise destes dados, pode-se considerar que o “boom” do polo naval de Rio Grande foi no ano de 2013, o mesmo ano em que reduziu-se o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família no mesmo município. Não se tem a informação se esta diminuição ocorreu por determinação do governo federal ou se o fato de ter diminuído o desemprego na região tenha-se perdido a necessidade de receber o auxílio, de uma pequena parcela da população. O que percebe-se claramente é que no ano de 2014 houve uma queda na geração de empregos pelo polo naval, um aumento na taxa de desemprego na região sul e ainda assim o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família caiu mais ainda no município de Rio Grande.

Outra análise interessante, é o município de São José do Norte, que possui um PIB médio de 260 milhões, mas apresenta a maior quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, dentre os quatro municípios citados. Ainda assim, nota-se que o número de famílias beneficiadas pelo bolsa família vem caindo nos quatro municípios, ainda que o índice de desemprego tenha aumentado na região sul do Brasil.

#### 4. CONCLUSÕES

Como visto até aqui, não obteve-se resultados absolutos nesta análise, pois ainda se está pesquisando novos dados que contribuam na elucidação das relações entre o PNDR e o PDFF com a mesorregião sudeste.

Neste texto, buscou-se demonstrar um dos resultados obtidos até o momento com a pesquisa, tendo em vista que os dados aqui apresentados têm cunho socioeconômico. Porém a pesquisa completa, busca compreender as demais dimensões da organização populacional destes municípios. Contudo, entende-se que, como o próprio PNDR diz, na atual dinâmica capitalista vivida no Brasil, o âmbito econômico acaba sendo um dos principais meios de desenvolvimento, observando-se que para obter-se recursos básicos, como educação, saúde, segurança e cultura, há a necessidade de pagar por estes serviços para que se

tenha qualidade – o termo qualidade é subjetivo a interpretação, mas é incutido na população por meio da mídia um conceito de qualidade que não se tem certeza do que de fato é – que deveriam ser ofertados gratuitamente de acordo com a Constituição de 1988.

Por fim, pode-se dizer que a continuação desta pesquisa é necessária para que se tenha mais análises voltadas para a população da mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul, para que se possa, evidenciar a falta de direcionamento de recursos para atender as necessidades socioeconômicas desta área, ainda que se tenha programas que prometem fazer isto.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **FRONTEIRA:** Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira. Brasília – DF. Fevereiro de 2017. Site [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br). Acesso em 23 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/cartilha-pdff>>. Acesso em: 29 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família.** Disponível em: <http://mds.gov.br> Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. PNDR - **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – PNDR II: texto executivo. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157). Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. PNDR - **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2003. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157). Acesso em: 11 nov. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS. **Dados Socioeconômicos.** Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 21 set. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

LIMA, Francisca; MELO, Felipe; SOARES, Lady. **A territorialização do programa Bolsa Família na comunidade rural Sítio Carnaubal – Água Nova/RN:** a voz dos beneficiários. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 12 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 179-203, dx.doi.org/10.17127/got/2017.12.008. (2017).

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 31 jul. 2018.